

LUSO PARTNERS
SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Relatório de Gestão
e
Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2007

Março / 2008

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
 - Actividade de Exploração e Resultados
 - Proposta de Aplicação de Resultados
 - Perspectivas para 2008
 - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Relatório e Parecer do Fiscal Único
7. Certificação Legal de Contas

1. ORGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade
de Araújo Parreira Rocha
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Manuel Jorge Roquette Ricciardi
Vogais: Luis Leitão Ricciardi
João Tomás Andrade Rocha de Hortega
Jorge Miguel de Oliveira Neves
Nuno Manuel Mendes Serafim

- FISCAL ÚNICO

Efectivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por
José Maria Sousa Rego Ribeiro da Cunha
Suplente: Amável Alberto Freixo Calhau

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2007:

1. Actividade de Exploração

1.1. Enquadramento

No exercício de 2007 a Luso Partners - Sociedade Corretora, SA (Luso Partners) obteve os seus melhores resultados desde que iniciou a actividade em 2002, atingindo um *Return on Equity* de 35%. Esta excelente performance vem na sequência da reestruturação levada a cabo em 2005 e da reorientação estratégica implementada em 2006. Em 2007 continuámos a beneficiar do bom momento do mercado accionista, em especial na primeira parte do ano. O ambiente favorável ao longo do primeiro semestre permitiu que, tal como previamente definido, a Luso Partners continuasse a apostar na desintermediação financeira, através do estabelecimento de algumas parcerias, bem como no alargamento do nosso quadro de pessoal pela primeira vez desde 2005.

Ao longo de 2007 a Luso Partners estabeleceu uma parceria com a *New Star Asset Management* para distribuição exclusiva dos seus produtos em Portugal. A *New Star Asset Management* é um dos maiores *asset managers* do Reino Unido, tendo sido líder na captação líquida de activos desde a sua fundação em 2001. Em finais de 2007, a *New Star* detinha cerca de 50 mil milhões de euros de activos sob gestão. Com esta parceria, a Luso Partners faz uma aposta clara na diversificação de receitas para mercados e negócios normalmente menos cíclicos, sublinhando uma vez mais a necessidade de imunizar a *performance* financeira da empresa dos ciclos bolsistas, que poderão a qualquer momento tornar-se menos favoráveis para os investidores e consequentemente para os volumes de intermediação.

A diversidade da oferta da *New Star*, bem como a sua experiência, dimensão e “*track record*”, vem facilitar o posicionamento da Luso Partners junto de um segmento mais alargado de clientes institucionais como Fundações, Companhias de Seguros, Sociedades Gestoras de Fundos de Investimentos e Bancos. Por outro lado, os recursos postos à disposição do mercado português pela *New Star*, tem permitido organizar diversas acções conjuntas para apresentação de propostas de investimento da *New Star* ao mercado português, com efeitos positivos para ambas as partes. Com esta parceria a Luso Partners espera dar o salto definitivo, na área de gestão de activos, do monoproduto para uma total capacidade de satisfazer as necessidades de clientes qualquer que sejam os seus ciclos ou objectivos de investimento, permitindo assim uma maior proximidade e estabelecimento de relações com outros agentes de mercado, até aqui vistos como apenas concorrentes.

A *New Star* apresenta uma gama de produtos bastante alargada com muitos dos seus *managers* a serem premiados (*Morningstar*; *S&P*; *Citiwire*) pela excelência dos resultados obtidos, o que acrescenta também uma chancela de qualidade a esta parceria. Além dos tradicionais fundos de investimento segmentados por acções, obrigações ou mistos, a *New Star* oferece também produtos em áreas como o *Real Estate*, *Private Equity* e *Hedge Funds*.

Apesar desta aposta, temos de salientar os excelentes resultados obtidos pela nossa área de corretagem, que ao longo de 2007 obteve os melhores resultados de sempre superando mesmo as melhores expectativas. Os segmentos de intermediação de acções europeias, com especial destaque para Portugal, e opções norte-americanas, superaram os objectivos previamente determinados como a seguir iremos verificar.

1.2. Proveitos de Exploração

Durante o exercício de 2007, a Luso Partners registou um total de Eur 1.896.308 de comissões brutas as quais, descontadas de um total de Eur 533.241 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de comissões líquidas de Eur: 1.363.067. Ou seja, uma margem de intermediação (comissões líquidas / comissões totais) de 71,9% contra 73,6% registados no ano anterior. Esta queda deveu-se à maior competitividade do mercado e necessidade de retenção de clientes. Contudo, este ligeiro decréscimo foi mais do que compensado pelo aumento de 44,5% das comissões brutas.

A repartição da facturação e das comissões geradas por mercado, foi a seguinte:

Unid: Euros

	Europa	EUA
Volumes Intermediados	959.197.814	180.046.600
Comissões Brutas	1.416.720	479.588

O Mercado Europeu voltou a registar um volume de negócios superior ao Mercado Norte-Americano numa tendência que já se verifica há quatro exercícios consecutivos. Este resultado está mais uma vez associado à *performance* dos próprios mercados em 2007, período no qual as principais Bolsas Europeias registaram um comportamento significativamente superior ao das Bolsas Norte-Americanas. Destaque ainda para a excelente performance do principal índice da Bolsa Portuguesa,

PSI-20, que ao ter valorizado mais de 16,5% contribuiu em muito para os excelentes resultados obtidos, através da atracção de novos clientes que registaram elevados níveis de rotação de carteira. Por outro lado, factores como a instabilidade cambial, ciclo económico e critérios de avaliação, voltaram a contribuir para uma maior focalização dos investimentos na Zona Euro em detrimento dos Estados Unidos. As receitas provenientes da intermediação de contratos de Opções ultrapassaram, tal como em 2006, as receitas obtidas com a intermediação de acções nos EUA. No seu total, as receitas de intermediação de Opções atingiram Eur 240.254, contra Eur 215.058 obtidos na intermediação de acções. O número de contratos intermediados ascendeu a 79.406, contra 66.240 em 2006.

A Luso Partners continua a canalizar as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais Contrapartes, respectivamente, o *Deutsche Bank* para os Mercados Europeus e a *LEK Securities / Merrill Lynch* para os EUA. No entanto, para o Mercado Nacional e Espanhol foi acrescentado um novo fornecedor de serviços de intermediação, que é o BES Investimento.

1.3. Custos de Exploração

A estrutura de Custos de Exploração da Luso Partners foi a seguinte:

Rubricas	2007	2006	Var (%)
Custos com pessoal	521.553	449.290	16,1%
Gastos administrativos	400.492	378.983	5,6%
Amortizações	22.135	44.211	-49,9%
Total	944.180	872.484	8,2%

A política de redução de custos teve o seu principal impacto no exercício de 2005. Em 2006, a principal preocupação foi a contenção de custos ao invés de qualquer corte radical nesta rubrica dos resultados. No exercício de 2007 houve necessidade de se proceder a alguns ajustamentos, nomeadamente ao nível da contratação de dois novos quadros para a satisfação das necessidades do negócio, nomeadamente a dois níveis: (i) maior fluxo de clientes de *Trading*, o que levou à contratação de um *trader junior*, e (ii) parceria com a *New Star*, que obrigou à contratação de um responsável de vendas. Assim, numa óptica global os custos subiram 8,2%, continuando a revelar a

grande preocupação de contenção de custos face ao alargamento do quadro de pessoal. As amortizações continuam a descer, o que é natural num negócio que entra em velocidade cruzeiro e onde o processo de investimento em imobilizado se restringe a operações pontuais de actualização e manutenção.

2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um lucro de Eur 346.745,37 seja repartido da seguinte forma:

i) para reserva legal	Eur 34.674,54
ii) para resultados transitados	<u>Eur 312.070,83</u>
	<u>Eur 346.745,37</u>

3. Perspectivas para 2008

O ano de 2008 será forçosamente um ano de consolidação da estratégia implementada nos últimos dois anos. Depois de termos atingido níveis de rentabilidade muito interessantes para todos os accionistas e colaboradores, será principal objectivo a preservação desses níveis entretanto atingidos com muito esforço e empenho. A parceria levada a cabo com a *New Star Asset Management* poderá prestar um importante contributo a este objectivo, em especial num ano em que as perspectivas macro-económicas não são tão positivos como as dos anos anteriores.

Assim, esperamos que a distribuição dos produtos da *New Star* ao segmento institucional, possa permitir a diversificação de receitas e prosseguir uma estratégia de menor dependência da intermediação de acções e opção cotadas, actividade que está sempre muito dependente do comportamento dos mercados financeiros internacionais, e que em 2008 parece estar de alguma forma comprometida dado o impacto da crise de crédito que eclodiu no segundo semestre de 2007.

O panorama macroeconómico para 2008 é neste momento muito pouco favorável a ondas de grande optimismo. A crise do *sub-prime* que teve o seu início ainda na primeira metade de 2007, resultou num dos mais graves e complexos problemas de crédito da história do sistema financeiro à escala global. Pela primeira vez desde 2001 é muito provável que os EUA entrem em recessão ao longo de 2008, o que arrastará incontornavelmente todas as outras economias para um período de menor

crescimento, embora não forçosamente para uma recessão generalizada a nível global. Mesmo assim, o PIB mundial para 2008 é expectável que volte a crescer a níveis muito próximo dos 3% (cerca de 4% em 2007 e 5,2% em 2006) impulsionado mais uma vez pelas economias emergentes, nomeadamente o bloco de países *BRIC* (Brasil, Rússia, Índia e China). Neste campo o crescimento da economia global está bastante mais balanceado e menos dependente da economia norte-americana do que na crise de 2001, em que os EUA pesavam cerca de 1/3 da economia mundial. O crescimento de importância dos mercados emergentes, nomeadamente da China, que deverá continuar a registar taxas de crescimentos muito próximas dos dois dígitos, é absolutamente determinante para este fenómeno. As últimas estimativas apontam para que em 2008, o peso na China na economia global, tenha pelo menos igualado o peso dos EUA, ou seja cerca de 25%.

Apesar deste cenário menos favorável existem razões para manter um moderado optimismo no médio prazo. A Reserva Federal norte-americana tem tomado uma atitude bastante agressiva no sentido da resolução da crise de crédito, tendo cortado em apenas 5 meses as taxas de juro directoras dos 5,25% para os 3%, naquele que tem sido um dos movimentos mais agressivos da história da política monetária norte-americana. As previsões apontam para que as taxas de juro atinjam os 2% ou menos ao longo de 2008. Paralelamente, outros bancos centrais (Banco de Inglaterra, BCE, Banco Central da Suíça, Banco do Japão) têm-se juntado a este esforço, não só no sentido de tornar a sua política monetária mais agressiva (Banco de Inglaterra), mas também no sentido de injectar liquidez e confiança no sistema. Apesar das fortes possibilidades de recessão nos EUA, todas estas medidas são encorajadoras, e caso a recessão se torne uma realidade, esta não seja mais do que um fenómeno pontual (dois trimestres) e pouco profundo. No entanto, é previsível que a volatilidade e o receio continue a fazer parte do menu diário dos mercados durante o primeiro semestre de 2008, com más notícias centralizadas em algumas instituições financeiras em dificuldades (*CountryWide, Northern Rock, Citigroup, UBS, Bear Sterns*), o que traz sempre contornos imprevisíveis. A subida do preço do petróleo para níveis acima dos 100 *usd*, bem como a subida generalizada das “*soft commodities*”, são outros factores de risco a ter em conta em 2008, nomeadamente reacendendo receios de espirais inflacionistas.

Como conclusão, a conjuntura macroeconómica descrita leva-nos a pensar num mercado accionista bastante imprevisível e negativo ao longo da primeira metade do ano, com boas possibilidades de melhorar ao longo do segundo semestre, tendo em conta as políticas monetárias e fiscais bastante agressivas no sentido da expansão económica adoptadas, em especial, pela Reserva Federal norte-americana.

4. Agradecimentos

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2008

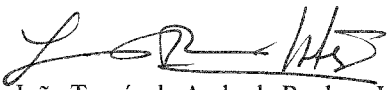
O Conselho de Administração



Manuel Jorge Roquette Ricciardi (Presidente)



Luís Leitão Ricciardi



João Tomás de Andrade Rocha e Horteiga



Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves



Nuno Manuel Mendes Serafim

3. ORGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Acções da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2007

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração)	72.500	36,25%
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Vogal do Conselho de Administração)	72.500	36,25%
JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração)	5.000	2,5%
JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração)	5.000	2,5%
NUNO MANUEL MENDES SERAFIM (Vogal do Conselho de Administração)	5.000	2,5%

Lista de Accionistas da Sociedade Titulares de Acções Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2007

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI	72.500	36,25%
LUÍS LEITÃO RICCIARDI	72.500	36,25%

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2007 e 2006

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balanço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imperitades e amortizações 1	Provisões, imperitades e amortizações 2	Valor líquido 3 = 1 - 2	
Activo					
10 + 3300					
11 + 3301					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)					
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)					
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710					
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) 5210 (1) - 53028 (1) - 5303					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3305 + 3310 (1) + 3408 - 354 - 3523 - 3713 (1) 5210 (1) - 5306 (1)					
21					
25 - 3580 - 3713 (1)					
26 - 3581 (1) - 360 (1)					
27 - 3581 (1) - 360 (1)					
29 - 3582 - 3583 - 361					
24 - 357 - 3713 (1)					
300					
301					
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) - 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1)(2) - 5210 (1) - 5304 5308 (1) + 54 (1)(3)					
Total de Activo					

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido		
		1	2	3 = 1 - 2		
Passivo						
36 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)		Recursos de bancos centrais	0,00		0,00	0,00
43 (1)		Passivos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
43 (1)		Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0,00		0,00	0,00
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)		Recursos de outras instituições de crédito	0,00		0,00	0,00
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	13	Recursos de clientes e outros empréstimos	7.350,04		7.350,04	39.472,29
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312		Responsabilidades representadas por títulos	0,00		0,00	0,00
46 - 3311 (1) - 3415 + 5205 + 5211 (1) + 5313		Passivos financeiros associados a activos transfeiros	0,00		0,00	0,00
44		Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
45		Passivos não correntes detidos para venda	0,00		0,00	0,00
47	14	Provisões	1.603,81		1.603,81	117,17
490	15	Passivos por impostos correntes	36.025,81		36.025,81	0,00
491		Passivos por impostos diferidos	0,00		0,00	0,00
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)		Instrumentos representativos de capital	0,00		0,00	0,00
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	16	Outros passivos subordinados	0,00		0,00	100.000,00
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	17	Outros passivos	17.939.667,04		17.939.667,04	3.333.895,49
		Total de Passivo	17.984.646,70	0,00	17.984.646,70	3.473.484,95
Capital						
55	18	Capital	1.000.000,00		1.000.000,00	760.000,00
602		Prémios de emissão	0,00		0,00	0,00
57		Outros instrumentos de capital	0,00		0,00	0,00
- 56		Ações próprias	(0,00)		(0,00)	(0,00)
56 + 59	19	Reservas de reavaliação	139,25		139,25	6,76
60 - 602 + 61	19	Outras reservas e resultados transitados	-227.673,36		-227.673,36	-240.837,96
	19	Resultado do exercício	346.745,37		346.745,37	67.118,69
- 63		Dividendos antecipados	(0,00)		(0,00)	(0,00)
		Total de Capital	1.119.211,26	0,00	1.119.211,26	596.287,43
		Total de Passivo + Capital	19.103.857,96	0,00	19.103.857,96	4.059.772,44

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas



Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração



Manuel Roquette Ricciardi

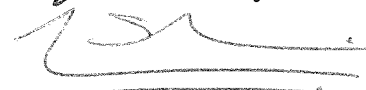
Luis Leitão Ricciardi



João Tomás Horlega



Jorge Neves



Nuno Serafim

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior	
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	3	52.408,92	27.102,46
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	3	3.105,90	5.237,47
	Margem financeira		49.303,02	21.864,99
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0,00	0,00
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	1.896.308,07	1.312.197,14
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	533.241,01	346.660,30
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		0,00	0,00
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	5	34,01	-270,76
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6	-1.562,82	-785,61
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		0,00	0,00
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	24	-58.884,92	-43.363,28
	Produto bancário		1.351.956,35	942.982,18
70	Custos com pessoal	25	521.552,93	449.290,33
71	Gastos gerais administrativos		400.491,92	378.983,09
77	Depreciações e amortizações	9+10	22.134,57	44.211,20
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	14	-1.486,64	-117,17
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0,00	0,00
760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7623 + 7828 (1) - 870 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
768 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
	Resultado antes de impostos		406.290,29	70.380,39
	Impostos		59.544,92	3.261,70
65	Correntes	26	59.544,92	3.261,70
74 - 86	Diferidos		0,00	0,00
	Resultado após impostos		346.745,37	67.118,69
- 72500 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
640	Resultado líquido do exercício		346.745,37	67.118,69

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horta

Jorge Neves

Nuno Serafim

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A

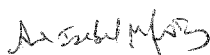
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(em euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	760 000	(211)	(72 177)	(168 661)	518 951
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	218	(168 661)	168 661	218
Resultado líquido do exercício	-	-	-	67 119	67 119
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	760 000	7	(240 838)	67 119	586 288
Aumento de capital e resultados transitados					
Impacto da fusão por incorporação da LP SGPS, S.A.	240 000	-	(53 954)	-	186 046
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	132	67 119	(67 119)	132
Resultado líquido do exercício	-	-	-	346 745	346 745
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1 000 000	139	(227 673)	346 745	1 119 211

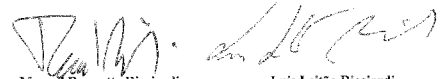
As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas



Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração



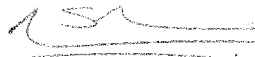
Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi



João Tomás Hortega

Jorge Neves



Nuno Serafim

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

	Notas	31-12-2007	31-12-2006
(euros)			
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		52 365	45 165
Juros e custos pagos		(3 106)	(5 237)
Serviços e comissões recebidas		1 896 308	1 312 196
Serviços e comissões pagas		(533 241)	(346 660)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(907 670)	(835 115)
		<u>504 656</u>	<u>170 349</u>
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	335 250
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		(32 122)	(8 260)
Derivados de cobertura		-	-
Outros activos e passivos operacionais		(535 484)	(3 271 459)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		<u>(62 950)</u>	<u>(2 774 120)</u>
Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos		(5 931)	(11 056)
		<u>(68 881)</u>	<u>(2 785 176)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(1 609)	-
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		-	(351)
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		(12 211)	(2 089)
Venda de imobilizações		-	-
		<u>(13 820)</u>	<u>(2 440)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de acções ordinárias pagas		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		<u>-</u>	<u>-</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(1 563)	(786)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		<u>(84 264)</u>	<u>(2 788 402)</u>
Caixa e equivalentes no início do período (i)	2.2 o)	2 320 043	5 026 186
Caixa e equivalentes no fim do período	2.2 o)	2 235 779	2 237 784
		<u>(84 264)</u>	<u>(2 788 402)</u>
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	2 235 779	2 237 784
Total		<u>2 235 779</u>	<u>2 237 784</u>

(i) Inclui Eur 82 259 provenientes da incorporação por fusão da LP SGPS-ver Nota 1)

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas



Ana Isabel de Sousa Réfoios

O Conselho de Administração



Manuel Roquette Ricciardi



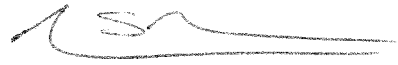
Luis Leitão Ricciardi



João Tomás Hortega



Jorge Neves



Nuno Serafim

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
 MODELO I
 INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Unidade: Euros

Natureza e espécie (1)	Categoria de Activo Instrução n.º 23/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emissão (4)	País do emissor (5)	Cotado/ Não cotado (S/N) (6)	Mercado organizado relevante (7)	Cotação (8)	Quantidade (9)	Valor nominal (10)	Critério valorimétrico (11)	Valor de Balanço (12)	Valor (13)	Montante vencido (14)	Correcções de valor		% de participação		Operações especiais (16)	Observações (17)	
														Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto			
Instrumentos de dívida																				
De dívida pública																				
O.T. 3,2% ABRIL 2011	iv)	PTOTE40L0040	OUTRAS	Portugal	S	-	#####	1.000.000	10.000,00	Justo valor	10.000,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
O.T. 5,45% SETEMBRO 2013	iv)	PTOTEG060009	OUTRAS	Portugal	S	-	1.575,00	100.000	1.000,00	Justo valor	1.575,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos																				
De outros emissores																				
Adquiridos no âmbito de operações de titularização																				
Equiparados a first loss position																				
Outros																				
Outros																				
Dívida não subordinada																				
Dívida subordinada																				
Total								1.100.000	11.000,00		11.575,00	0,00								
Instrumentos de capital																				
Total																				
Outros																				
Total																				

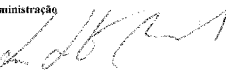
As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas


 Ana Isabel de Sousa Refoios

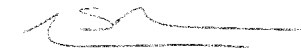
O Conselho de Administração


 Manuel Rôquete Ricciardi


 Luis Leitão Ricciardi


 João Tomás Ortega


 Jorge Neves


 Nuno Serafim

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2007 e 2006

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua actividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objectivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam actividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura actual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à

existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento actual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (LP SGPS) na LP Corretora. O Banco de Portugal autorizou previamente a fusão por incorporação das duas sociedades financeiras referidas e a escritura pública ocorreu no dia 28 de Dezembro de 2007. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades é o dia 1 de Janeiro de 2007. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou para Eur 1.000 mil euros, correspondendo a 200 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada.

A fusão ocorrida no exercício de 2007 baseou-se na LP SGPS apenas deter e gerir participações numa única sociedade, i.e., a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA, desde o exercício de 2003 e em resultado da fusão ocorrida nesse ano entre a LP Corretora e a LP Gestora, conforme descrito anteriormente. Acresce que a LP SGPS não recebeu qualquer dividendo desde a sua constituição em 22 de Abril de 2002, sendo os seus resultados líquidos negativos o reflexo dos custos administrativos que a sociedade tem necessariamente de suportar. A presente fusão surge, assim, numa óptica de racionalização e aproveitamento optimizado de meios e recursos, face à desnecessidade de manter duas estruturas autónomas, sobretudo tendo em conta que uma das duas referidas estruturas se limita a deter a participação na outra.

No decurso da sua actividade, a LP SGPS acumulou prejuízos contabilísticos e fiscais nos exercícios de 2002 a 2006 (inclusivé) no montante de Eur 53.953,79 (cinquenta e três mil novecentos cinquenta e três euros e setenta e nove cêntimos). A LP Corretora solicitou, em 2008, autorização ao Senhor Ministro das Finanças para a dedução, na sua esfera, dos prejuízos fiscais da LP SGPS, sociedade com a qual se fundiu, aguardando a sua aprovação.

O objecto social da LP Corretora consiste na realização de todas as actividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras actividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respectivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria

em matéria de investimentos. A actividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respectivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos actos na mesma compreendidos.

A actividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei n.º 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro.

Durante o ano de 2005, a Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à actual conjuntura económica e aos objectivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática. Também as amortizações começam a reflectir o efeito da total amortização dos custos de constituição da Sociedade, bem como do custo com os sistemas de tratamento informático de dados.

No exercício de 2006 a Sociedade teve como objectivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno. Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do n.º 2, do artigo 316.º, do Código dos Valores Mobiliários.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, a partir do exercício de 2005.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da LP Corretora reportadas a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram preparadas em conformidade com as NCA, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras individuais agora apresentadas estão expressas em euros, as notas anexas arredondadas à segunda casa decimal e reflectem os resultados das operações da Sociedade, para os exercício findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respectivamente.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-divisas, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), excepto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 22).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

• Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Activos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5º - nº 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal, são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda, adicionados ao valor de mercado do título (ver Nota 8).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 19).

d) Provisões para riscos de crédito e para risco-país

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução nº 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2007 é Eur 1 604 (ver Nota 14).

e) Outros activos tangíveis

De acordo com política contabilística descrita na nota 2.1., os outros activos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens :

	Nº de Anos
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4

As beneficiações em edificios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera reflectir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

f) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são contabilizadas ao respectivo custo de aquisição. Incluem, sobretudo, os custos incorridos com a constituição da Sociedade e com o processo de fusão ocorrido no exercício de 2003, bem como os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento dos sistemas de tratamento informático de dados. São amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 10).

g) Pensões de reforma

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Multireforma” é gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Banco Espírito Santo, S.A..

O cálculo actuarial das responsabilidades da LP Corretora é efectuado anualmente pela ESAF, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, utilizando pressupostos actuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo e (ii) o valor dos activos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte

àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais - incluídos no corredor e não é amortizado.

Anualmente, a LP Corretora reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo.

A Sociedade efectua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

O Banco de Portugal, através do Aviso nº 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12 de 2001, definindo que para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005, é adicionado ao limite do corredor.

Adicionalmente, o Aviso nº 1 de 2008, no âmbito o projecto “*Better Regulation* do Sector Financeiro”, veio redefinir os elementos de informação sobre responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a fornecer ao Banco de Portugal.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões

No exercício da actividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transacção, por contrapartida de contas de regularização do activo, a aguardar a respectiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa de 2% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

i) Impostos sobre lucros

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a Sociedade, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à actividade (ver Nota 26).

Não existem diferenças temporárias significativas que justifiquem a contabilização de impostos diferidos.

j) Operações de compra e venda de títulos

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transaccionados, são registadas nas rubricas Outros activos ou Outros passivos (ver Notas 12 e 17).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respectivas liquidações financeiras são efectuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 21).

l) Gestão de carteiras

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta actividade, encontram-se registados nas rubricas extra-patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 21).

m) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Na óptica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

- **Como locador**

Na óptica do locador, os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital, i.e., os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódico constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) Imparidade

A existência de evidência objectiva de que um activo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse activo com sinais de imparidade, registando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objectiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um activo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação actual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus activos disponíveis para venda.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 7).

NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Juros e proveitos similares		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito:		
- no país	26 228	14 830
- no estrangeiro	24 089	7 925
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	1 689	3 912
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	403	435
	<u>52 409</u>	<u>27 102</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de instituições de crédito:		
- no país	685	481
- no estrangeiro	2 421	4 756
	<u>3 106</u>	<u>5 237</u>
	<u>49 303</u>	<u>21 865</u>

NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços de administração de valores prestados	0	6 138
Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros	1 862 967	1 231 988
Outros proveitos de comissões recebidas	33 341	74 071
	<u>1 896 308</u>	<u>1 312 197</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros:		
- depósito e guarda de valores	4 643	56 726
- por outros serviços bancários	43 378	18 519
Por operações realizadas com títulos	485 220	271 415
	<u>533 241</u>	<u>346 660</u>
	<u>1 363 067</u>	<u>965 537</u>

NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Obrigações do tesouro	49	15	34	13	284	(271)
	<u>49</u>	<u>15</u>	<u>34</u>	<u>13</u>	<u>284</u>	<u>(271)</u>

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 202	2 765	(1 563)	1 691	2 477	(786)
	<u>1 202</u>	<u>2 765</u>	<u>(1 563)</u>	<u>1 691</u>	<u>2 477</u>	<u>(786)</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

NOTA 7- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Em instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1 407 162	831 667
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	828 617	1 406 117
	<u>2 235 779</u>	<u>2 237 784</u>

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o Barclays Private Banking é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 699.675 (2006 - Eur 406.927).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto do Deutsch Bank Frankfurt de Eur 673.168 (2006 - Eur 1.344.434).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 354.946 (2006 - Eur 235.293) (ver Nota 21).

Com efeitos a 1 de Janeiro de 2007 o montante de disponibilidades em instituições de crédito no país aumentou em Eur 82.259, valor proveniente do processo de fusão com a LP SGPS, conforme descrito na Nota 1.

NOTA 8 –ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de activos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida pública portuguesa		
Obrigações do tesouro	<u>11 436</u>	<u>9 793</u>
Reserva de justo valor		
Positiva (negativa)	<u>139</u>	<u>7</u>
Valor de balanço	<u><u>11 575</u></u>	<u><u>9 800</u></u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur 139 e Eur 7, respectivamente (ver Nota 19).

Estes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 21). São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2007, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
De um ano a cinco anos	<u>11 575</u>	<u>9 800</u>

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Valor nominal	11 500	10 000
Valor de mercado	11 575	9 800
Valor de balanço	11 575	9 800

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço, oscilam nos seguintes intervalos:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Títulos de rendimento fixo	<u>3,2% - 5,45%</u>	<u>3,2%</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a activos financeiros disponíveis para venda, são como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Títulos adquiridos por valor (inferior) superior ao seu valor de reembolso	<u>(64)</u>	<u>(213)</u>

NOTA 9 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Outros activos tangíveis		
Imóveis		
Obras em imóveis arrendados	<u>14 487</u>	<u>14 487</u>
Equipamento		
Equipamento informático	158 568	152 535
Instalações interiores	15 567	15 567
Mobiliário e material	20 860	20 860
Máquinas e ferramentas	9 461	6 865
Equipamento de segurança	2 006	2 006
Material de transporte	<u>35 430</u>	<u>35 430</u>
	<u>241 892</u>	<u>233 263</u>
	<u>256 379</u>	<u>247 750</u>
Amortizações acumuladas		
De obras em imóveis arrendados	(8 636)	(7 383)
De equipamento	<u>(213 173)</u>	<u>(194 071)</u>
	<u>(221 809)</u>	<u>(201 454)</u>
Total dos outros activos tangíveis líquidos de amortizações	<u><u>34 570</u></u>	<u><u>46 296</u></u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamento</u>	<u>Total</u>
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	14 487	233 263	247 750
Adições	-	8 629	8 629
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>14 487</u>	<u>241 892</u>	<u>256 379</u>
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(7 383)	(194 071)	(201 454)
Amortizações do exercício	(1 253)	(19 102)	(20 355)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>(8 636)</u>	<u>(213 173)</u>	<u>(221 809)</u>
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007	<u><u>5 851</u></u>	<u><u>28 719</u></u>	<u><u>34 570</u></u>

NOTA 10 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Activos intangíveis		
Adquiridos a terceiros		
Sistemas de tratamento informático de dados	132 000	129 302
Despesas de investigação e desenvolvimento	4 691	3 808
Despesas de estabelecimento	21 872	21 872
Outras imobilizações incorpóreas	<u>39 730</u>	<u>39 730</u>
	<u>198 293</u>	<u>194 712</u>
Imobilizado em curso		
Sistemas de tratamento informático de dados	<u>0</u>	<u>774</u>
	<u>198 293</u>	<u>195 486</u>
Amortizações acumuladas	<u>(194 733)</u>	<u>(192 954)</u>
Total dos activos intangíveis		
liquidos de amortizações	<u><u>3 560</u></u>	<u><u>2 532</u></u>

As despesas de investigação e desenvolvimento referem-se aos custos com a concepção e implementação de um site corporativo na internet. São amortizadas numa base duodecimal durante um período de três anos (ver Nota 2 f).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Despesas de constituição	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	130 076	21 872	43.538	195 486
Adições	2 698	-	883	3 581
Imobilizado em curso:				
Adquiridos a terceiros (a)	<u>(774)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(774)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>132 000</u>	<u>21 872</u>	<u>44 421</u>	<u>198 293</u>
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(127 861)	(21 872)	(43 221)	(192 954)
Amortizações do exercício	<u>(1 290)</u>	<u>-</u>	<u>(489)</u>	<u>(1 779)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>(129 151)</u>	<u>(21 872)</u>	<u>(43 710)</u>	<u>(194 733)</u>
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007	<u><u>2 849</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>711</u></u>	<u><u>3 560</u></u>

(a) Transferência do valor de imobilizado em curso em 31-12-2006 para resultados em 2007.

NOTA 11 – ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar 2006 (ver Nota 26)	0	4 243
Pagamentos especiais por conta		
2004	0	6 455
2006	0	3 104
	<u>0</u>	<u>9 559</u>
	<u>0</u>	<u>13 802</u>

NOTA 12 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Outras disponibilidades	<u>270</u>	<u>352</u>
Devedores diversos	<u>160 381</u>	<u>11 717</u>
Rendimentos a receber		
Juros de obrigações do tesouro	<u>273</u>	<u>229</u>
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões	6 444	602
Seguros	19 658	19 564
Outras	<u>4 789</u>	<u>2 253</u>
	<u>30 891</u>	<u>22 419</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	16 610 231	1 474 404
Operações fora de bolsa a regularizar	0	150 000
Operações cambiais à vista a liquidar	0	22 803
Outras	<u>16 328</u>	<u>67 635</u>
	<u>16 626 559</u>	<u>1 714 842</u>
	<u>16 818 374</u>	<u>1 749 559</u>

A rubrica de Devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

A rubrica de Outras disponibilidades representa valores que a Sociedade detém junto de outras contas de clearing, sendo na sua quase totalidade disponibilidades dos clientes.

As rubricas de Operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do activo e do passivo (ver Nota 17), em 31 de Dezembro de 2007, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2008, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

NOTA 13 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza , como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
A prazo		
Recursos de clientes	<u>7 350</u>	<u>39 472</u>
	<u>7 350</u>	<u>39 472</u>

Esta rubrica reflecte valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de short-selling.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações, é o seguinte:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Exigível a prazo		
Até três meses	<u>7 350</u>	<u>39 472</u>
	<u>7 350</u>	<u>39 472</u>

NOTA 14 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi o seguinte:

	Movimentos no exercício				Saldo em 31-12-2007	
	Saldo em 31-12-2006	Transfe- rências	Reforços	Utilizações		Reposições/ Anulações
Provisões para						
Riscos gerais de crédito	117	0	5 250	0	(3 763)	1 604
	<u>117</u>	<u>0</u>	<u>5 250</u>	<u>0</u>	<u>(3 763)</u>	<u>1 604</u>

NOTA 15 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar 2007 (ver Nota 26)	36 026	0
	<u>36 026</u>	<u>0</u>

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Empréstimos subordinados		
Luso Partners - SGPS, SA	0	100 000
	<u>0</u>	<u>100 000</u>

Em resultado da fusão descrita na Nota 1, eliminou-se o valor do contrato de suprimentos celebrado em 22 de Maio de 2003 com a Luso Partners – SGPS, SA, passando esta rubrica a apresentar um valor nulo.

NOTA 17 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Desvios actuariais incluídos no corredor	6 534	709
	<u>6 534</u>	<u>709</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	1 208 375	1 563 664
Outros impostos a entregar ao Estado	44 184	27 524
Contribuições para a Segurança Social	6 573	19 233
Credores por fornecimento de bens	17 638	11 575
Outros credores	2 601	1 385
	<u>1 279 371</u>	<u>1 623 381</u>
Encargos a pagar		
Encargos com férias e subsídio de férias	49 704	42 582
Outros	10 409	22 121
	<u>60 113</u>	<u>64 703</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	16 592 028	1 469 479
Operações fora de bolsa a regularizar	0	150 000
Operações cambiais à vista a liquidar	0	22 779
Outras	1 621	2 844
	<u>16 593 649</u>	<u>1 645 102</u>
	<u><u>17 939 667</u></u>	<u><u>3 333 895</u></u>

A rubrica de Credores por operações sobre valores mobiliários inclui Eur 1.208.374 (2006 - Eur 1.563.664) de saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflecte, entre outras, na rubrica de Disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 7).

O valor da Segurança Social a pagar em 31 de Dezembro de 2006, inclui os valores a pagar dos meses de Novembro e Dezembro do exercício de 2006. O valor de Novembro 2006 é de Eur 13.308,56 e foi pago no dia 19 de Janeiro de 2007. Efectivamente, e de acordo com a legislação em vigor, fizemos o pagamento no dia correcto, 15 de Dezembro de 2006, através da página da internet do Barclays Bank, tendo como suporte um documento comprovativo do pagamento realizado com

sucesso. Só mais tarde é que nos apercebemos de que a operação não tinha sido executada, visto o valor não estar debitado na conta, porque a função disponível de pagamento à Segurança Social do Barclays Bank é apenas para particulares e não para empresas.

As rubricas de Operações de bolsa a regularizar do activo (ver Nota 12) e do passivo, em 31 de Dezembro de 2007, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2008, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

Conforme política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas actuariais com pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios actuariais.

NOTA 18 - CAPITAL

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA na LP Corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou em 240.000 euros, correspondendo a 48.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social da LP Corretora no valor de 1.000.000 euros, encontrava-se representado por 200 000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas.

NOTA 19 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2006</u>	<u>LP SGPS</u> <u>01-01-2007</u> (a)	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2007</u>
Reservas de reavaliação						
Reservas de justo valor r/ activos financeiros disponíveis para venda	7	0	168	(18)	0	139
Outras reservas e resultados transitados						
Reserva legal	40 858	0	0	0	6 712	47 570
Resultados transitados	<u>(281 696)</u>	<u>(51 984)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>58 437</u>	<u>(275 243)</u>
	<u>(240 838)</u>	<u>(51 984)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>65 149</u>	<u>(227 673)</u>
Resultado do exercício						
2006	67 119	(1 970)	0	0	(65 149)	0
2007	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>346 745</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>346 745</u>
Total	<u>(173 712)</u>	<u>(53 954)</u>	<u>346 913</u>	<u>(18)</u>	<u>0</u>	<u>119 211</u>

(a) Valores transferidos da Luso Partners SGPS, S.A., provenientes da fusão desta sociedade com a LP Corretora (ver Nota 1).

I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2006 de Eur 67.119, resultou um aumento da reserva legal em Eur 6.712.

III) Resultados transitados

Os resultados negativos acumulados da LP SGPS, dos exercícios de 2002 a 2006 (inclusivé), no montante de Eur 53.954, foram incorporados nos resultados transitados da LP Corretora.

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2006, resultou a transferência de Eur 60.403 para resultados transitados.

NOTA 20 – PENSÕES DE REFORMA

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado “Espírito Santo Multireforma”, cuja gestão é exercida pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, sociedade integrada no Grupo Espírito Santo.

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

i) Número de participantes

	31-12-2007				31-12-2006			
	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)
Activos								
LP Corretora	10	321 426	40	6	9	313 831	43	5

ii) Evolução das responsabilidades

O valor actual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Responsabilidades por serviços passados -		
Pessoal no activo	102 933	104 460
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	109 118	104 843
Excesso/(déficit) de cobertura	6 185	383
Nível de cobertura das responsabilidades	106,0%	100,4%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	350 975	358 958
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	453 908	463 418

As responsabilidades da Sociedade em 2007 e 2006 evoluíram como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Responsabilidades no final do período anterior	104 460	80 999
Custo do serviço corrente	0	21 279
Custo dos juros	5 223	4 050
(Ganhos) e perdas actuariais	(6 750)	(1 868)
Responsabilidades no final do período	<u>102 933</u>	<u>104 460</u>
Pessoal no activo	102 933	104 460
Responsabilidades objecto de cobertura	<u>102 933</u>	<u>104 460</u>
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	109 118	104 843
Coberturas totais	<u>109 118</u>	<u>104 843</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	6 185	383
Nível de cobertura das responsabilidades	106,0%	100,4%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	350 975	358 958
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	460 093	463 801

iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2007 e 2006 foi a seguinte:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Valor do Fundo em 01 de Janeiro	104 803	79 546
(+) Contribuições	0	21 279
(+) Rendimento líquido do Fundo	4 315	3 978
(=) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	<u><u>109 118</u></u>	<u><u>104 803</u></u>

O rendimento líquido do fundo contém desvios actuariais negativos de Eur 925 (2006 – Eur 1 positivo).

iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Custo do serviço corrente	0	21 279
(+) Custo dos juros	5 223	4 050
(-) Rendimento esperado do Fundo	(5 240)	(3 977)
(=) Custos correntes com o plano	<u>(17)</u>	<u>21 352</u>
(+/-) Desvios actuariais	(5 825)	(1 869)
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>(5 842)</u></u>	<u><u>19 483</u></u>

v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

O aumento das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Custos com pessoal	(17)	21 352
(+/-) Desvios actuariais	(5 825)	(1 869)
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>(5 842)</u></u>	<u><u>19 483</u></u>

vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

A contribuição entregue ao fundo de pensões durante o exercício, foi a seguinte:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Contribuições entregues ao Fundo até 31/12 (em dinheiro)	0	21 279

No exercício de 2007 ocorreu a saída do colaborador com mais idade e por conseguinte mais próximo da reforma, sem que tivesse atingido os seis anos de efectividade de serviço na Sociedade, por forma a ser-lhe reconhecido o direito às prestações pecuniárias. Assim, a Administração da LP Corretora entendeu não ser necessária qualquer contribuição em 2007, estando assegurada a cobertura mínima das responsabilidades exigida pelo Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal.

vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados, analisam-se como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Nível mínimo de cobertura	97 786	99 237
Coberturas totais	<u>109 118</u>	<u>104 803</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>11 332</u>	<u>5 566</u>
Nível de cobertura	<u>111,6%</u>	<u>105,6%</u>

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efectivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.

**RELATÓRIO E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO**

Exmos. Senhores Accionistas

- 1 - Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decorrer do exercício de 2007, bem como o nosso parecer sobre o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as respectivas notas Anexas, relativos àquele exercício, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo Conselho de Administração de “**LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.**”.
- 2 - No ano anterior efectuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
- 3 - Acompanhámos a gestão da “Luso Partners”, nas suas deliberações mais relevantes e reunimos, com frequência, com o Conselho de Administração que nos manteve informados sobre as diferentes políticas seguidas para o desenvolvimento da sociedade corretora.
- 4 - Para se obter um conhecimento adequado do trabalho desenvolvido na sociedade, importa referir que:
 - 4.1 - A análise às contas foi efectuada de acordo com as normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária para o efeito.
 - 4.2 - Verificámos que as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos processados em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) tal como definidas pelo Banco de Portugal.
 - 4.3 - Analisámos os livros e os registos contabilísticos, assim como os documentos que lhes servem de suporte e constámos a aplicação correcta da Lei e dos Estatutos.



Rua Artilharia Um, 104 - 4.ª Esq.ª • 1099 - 053 LISBOA

Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroo.com

1/3

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 4.4 - De igual modo, efectuámos exames necessários ao controle dos valores patrimoniais, através de procedimentos de revisão de contas geralmente aceites como adequados.
- 4.5 - Os critérios valorimétricos adoptados nas operações patrimoniais, estão descritos no nº 2.2 das notas anexas na rubrica políticas contabilísticas, foram correctamente aplicados de um modo consistente e uniforme em relação ao exercício anterior.
- 4.6 - As contas de outros activos e outros passivos englobam fundamentalmente as operações de bolsa a regularizar, quer as compras (16.610.231 euros) quer as vendas (16.593.028 euros) de títulos, efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias de 2007 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de 2008. Confrontar com as notas 12 e 17 do anexo às contas.
- 4.7 - O valor das disponibilidades em outras instituições de crédito engloba depósitos à ordem em várias instituições de crédito os quais foram objecto de uma adequada revisão analítica.
- 5 - Cumpre-nos informar que, no decurso de 2007, ocorreu a fusão por incorporação global do património da “Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.” na “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.”. Esta fusão seguiu a tramitação imposta por Lei e foi autorizada pelo Banco de Portugal.
Em consequência desta fusão o capital social da “Luso Partners – Sociedade Corretora” aumentou em 240.000 euros, totalizando no final do exercício 1.000.000 euros.
- 6 - O relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos, complementa as contas e contém referências aos negócios sociais, esclarecendo adequadamente a gestão do exercício.
- 7 - Em resultado do exame das contas, em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas em anexo, reproduzem os elementos patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos de suporte. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira da empresa à data de 31 de Dezembro de 2007 e os resultados líquidos do exercício findo naquela data.

Rua Artilharia Um, 104 - 4.º Esq., 1099 - 053 LISBOA

Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acro-sroc.com

2/3

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

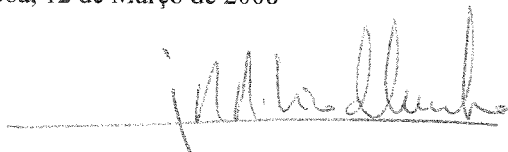
8 - Face ao exposto, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, que não apresenta quaisquer ênfases ou reservas, e dado que não tomámos conhecimento de quaisquer infracções à Lei e aos Estatutos, somos de parecer:

1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as respectivas notas Anexas, referentes ao exercício de 2007;

2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do saldo da conta de Resultados Líquidos;

3º - Que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como desenvolveu os negócios da **"LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A."**.

Lisboa, 12 de Março de 2008



Dr. José Maria Ribeiro da Cunha

em representação de:

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 19.103.857 euros e um total de capital próprio de 1.119.211 euros, incluindo um resultado líquido de 346.745 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



Rua Artilharia Um, 104 - 4.º Esq.º • 1099 - 053 LISBOA
Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 853 024 • e-mail: geral@uerc-sroc.com

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **“LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”**, em 31 de Dezembro de 2007 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 12 de Março de 2008



Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"

Rua Artilharia Um. 104 - 4.ª Esq.º • 1099 - 053 LISBOA

Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroc.com

INSCRITA NA LISTA DOS R.O.C. COM O N.º 19 (SOCIEDADES) - REGISTADA NO REGISTO DE ADJUTORES JUNTO DA C.M.V.M. COM O N.º 319